Sessão da assembleia permanente de 11/6 mantém greve e denuncia a postura “absolutista” da Reitoria da USP

12 Jun 2014

Imprimir

Perto do final, às 18h00, chegou a notícia de que o Cruesp cancelou a reabertura das negociações, que ocorreria em 13/6 pela manhã

A assembleia geral dos docentes da USP, na sua sessão realizada em 11/6 no auditório da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação, decidiu manter a greve iniciada em 27/5 (confirmando assim a posição de muitas assembleias setoriais) e ampliar a denúncia pública do comportamento autoritário da Reitoria da USP, que alguns participantes definiram como “absolutista”.

Os trabalhos da assembleia já se encaminhavam para o final quando chegou a notícia, por volta das 18h00, de que o Cruesp comunicou —por telefone! —o cancelamento da reunião com o Fórum das Seis que ocorreria nesta sexta-feira 13/6 às 9 horas. Como pretexto para a “suspensão” da reunião, na qual seriam retomadas as negociações salariais, o pró-reitor de Administração da Unesp, Carlos Antonio Gamero, falando em nome do Cruesp, alegou que “persistem ocupações, piquetes e manifestações” nas universidades.

Na abertura da assembleia foi exibido um curto vídeo elaborado pela Comissão de Mobilização, no qual são registradas candentes declarações do então candidato a reitor Marco Antonio Zago: em sucessivas entrevistas, o hoje reitor da USP, então pró-reitor de Pesquisa, é visto e ouvido ora fazendo a defesa da “recomposição do diálogo e da convivência” na universidade, ora propondo a “discussão, troca de opiniões, troca de ideias” e a “interação permanente com a comunidade universitária”, bem como enfatizando que “o reitor tem que ser o garantidor do espaço democrático” ou que “as coisas têm que ser negociadas” e “as decisões terão que ser tomadas mais coletivamente”.

Daniel Garcia

O trecho do vídeo que fez maior sucesso na exibição, provocando risos e aplausos, é um fragmento de entrevista de Zago, propositalmente repetido, no qual o hoje reitor define: “O problema da USP é político, muito mais do que econômico (https://www.dropbox.com/sh/a7j345vp6n4ggwx/AADudgIOFSS0LHEVhMvGZrAaa?lst#lh:null-zago.mp4)”. A frase de 2013 representa enorme contradição com o discurso atual do reitor, que utiliza uma suposta crise financeira como alegação explicativa do arrocho salarial.

Schenberg

O presidente da Adusp, professor Ciro Correia, leu as moções de apoio à greve encaminhadas pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat) e pelo Setor de Federais do Andes-Sindicato Nacional. Ele também convidou os docentes a participarem de ato solene em homenagem ao centenário de nascimento do professor Mário Schenberg, a ser realizado no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa (Alesp) na segunda-feira 16/6, às 19h30.

O professor César Minto, vice-presidente da Adusp e coordenador do Fórum das Seis, informou que, na avaliação unânime da coordenação, a atividade realizada diante da Reitoria da USP em 10/6 cumpriu um papel político importante: “Pressionamos o reitor da USP, que no momento é o fator limitante das negociações”. Comunicou que o Fórum das Seis propõe a realização de uma aula pública em 18/6 na Praça da Sé. Informou ainda que o Cruesp enviou ofício propondo a reabertura das negociações em 13/6 às 9 horas.

O professor Francisco Miraglia relatou que esteve na Alesp, onde entrou em contato com deputados para obter informações sobre as emendas à LDO-2015 propostas pelo Fórum das Seis, que propõem substituir o termo vago “arrecadação” pela expressão “total do produto do ICMS” (que impediria a subtração de recursos pelo governo estadual, quando do repasse às universidades). “Nossas emendas foram todas protocoladas. O texto das nossas emendas [já] aparece no discurso da reitora da Unesp”, comentou. Será muito difícil acontecer a votação antes de 24/6, sendo possível que ocorra no intervalo entre esta data e 30/6, pois a Alesp não pode entrar em recesso se não tiver apreciado a LDO-2015.

Miraglia acrescentou que o deputado Major Olímpio (PDT) contemplou todas as emendas do Fórum das Seis, que a relatora da LDO-2015 é a deputado Maria Lúcia Amary (PSDB) e que, diante do “controle ferrenho” exercido sobre a Alesp pelo governador Alckmin, será necessária forte mobilização para fazer avançar a questão do financiamento das universidades estaduais e do Centro Paula Souza.

HU em greve

Os médicos do Hospital Universitário (HU) decidiram entrar em greve em 11/6, juntando-se assim aos funcionários daquela unidade, que já haviam paralisado suas atividades. O professor Miraglia informou que foi convidado a participar de uma assembleia dos médicos do HU, pela manhã, com a presença de 65 profissionais e a participação também do Sindicato dos Médicos. Na ocasião foi deliberada a greve da categoria, contra o arrocho salarial.

Representantes de diversas unidades relataram as decisões de assembleias setoriais. O professor Márcio Ribeiro, da EACH, informou que a Congregação da unidade aprovou moção pela reabertura das negociações salariais. Também relatou a preocupação com o segundo semestre, pois “a gente ainda não sabe onde vai dar aulas e o contrato com a Unicid termina em agosto”.

O professor Sean Purdy, da FFLCH, informou que a setorial aprovou convidar o reitor para que participe de um debate: “Vamos tentar protocolar um convite formal”. Também se pretende colher 35 assinaturas de membros da Congregação para que o colegiado se reúne e delibere sobre a reabertura de negociações. O professor Tércio Redondo explicou que essas assinaturas já haviam sido obtidas por e-mail, mas que o diretor Sérgio Adorno não aceitou e pediu que fossem em papel.

A professora Malu Schmidt, do IP, informou a realização de duas setoriais na semana. Transmitiu a preocupação dos colegas com o processo de discussões que vem sendo conduzido pela Caeco e destacou que é preciso “sair da greve com uma agenda de debates sobre a Estatuinte”. Disse que procuraram aprofundar o debate sobre quais atividades acadêmicas devem ser paralisadas em razão da greve. Os funcionários da unidade já deixaram de agendar defesa de dissertações e teses e a tendência dos docentes é adotar idêntica posição, com a preocupação apenas de não prejudicar alunos em função de prazos ou bolsas, mas sem se ater a imposições da Capes.

A professora Elizabeth Lima, do curso de TO (FM), relatou a realização de um debate com a presença do professor César Minto e representantes do Sintusp, com a participação de 50 pessoas das três categorias, que elogiaram a atividade. “O reitor fez uma reunião com estudantes do Quadrilátero da Saúde, na sexta-feira passada. O diretor da Medicina avisou os estudantes na véspera”, informou também.

O professor Décio Donha, da EP, informou sobre debate realizado em 9/6 com 80 alunos e participação do professor Francisco Miraglia, e de outro realizado em 11/6 com o vice-reitor e o diretor da unidade, o qual se pronunciou contrariamente ao reajuste zero. “Vahan não tem planos para reverter a situação, a não ser cortar um jornal e coisas assim”, criticou o professor.

No ICB, relatou o professor Antonio Cassola, a assembleia setorial realizou reunião em 9/6 para a qual foram convocados o diretor da unidade e o representante da Congregação no Conselho Universitário (Co). “Eles se comprometeram a levar ao Co a nossa exigência de reabertura das negociações”, contou o professor. Mais de 50 docentes compareceram a essa setorial. Nova

assembleia, realizada em 11/6, além de deliberar pela continuidade da greve decidiu organizar uma mesa-redonda para discutir a universidade contemporânea.

A professora Ana Luisa Costa, da FE, disse que a setorial destacou a necessidade de maior articulação entre professores, funcionários e estudantes da unidade. Reforçou que é preciso manter as discussões sobre a Estatuinte e defendeu a elaboração de um dossiê sobre a situação da USP.

Também deram informes de setoriais as professoras Lilian Gregory (FMVZ), Moneda (EE), Primavera Borelli (FCF) e os professores Andrés Vercik (FZEA) e Ivã Gurgel (IF).

A mesa repassou informe da assembleia de Ribeirão Preto: deliberações de continuidade da greve e de prioridade às ações que digam respeito às questões de transparência como pauta das negociações com o Cruesp.

Cenário

As discussões mais acesas se deram em torno das avaliações do movimento; de como divulgar mais amplamente, para o conjunto da população, as questões em jogo no ensino superior paulista e particularmente na USP; e quanto ao possível cenário de novas propostas salariais do Cruesp.

Na avaliação do professor Marcos Magalhães (IME), a greve caminha bem e o movimento se dá em várias frentes, havendo “diferença brutal” de qualidade entre o debate propiciado pela greve e o que tínhamos meses atrás. “Nos chamavam de malucos, mas agora é o *Estadão* em editorial que reconhece que houve uma expansão sem recursos”.

O docente contou que teve acesso a uma ata de reunião do Co de dezembro de 2012, em que Joaquim de Camargo Engler, então presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), após declarar estar “há 29 anos fazendo o Orçamento da USP”, afirma que o comprometimento, à época, era de 80% e não 92,8%, porque o cálculo precisava levar em conta o fundo reservado ao pagamento da cota patronal do Ipesp. “Foram oito anos de Ipesp que a USP não pagou”. Diante disso, Marcos questionou: “Quanto é, de fato, 105% de comprometimento que a USP alega?”

Os professores Américo Kerr, Osvaldo Coggiola, Ciro Correia e Francisco Miraglia compartilharam a avaliação do colega do IME sobre o êxito da greve e duras críticas à Reitoria. “É impressionante como os reitores, ao chegarem ao cargo, são acometidos de uma doença instantânea: o absolutismo agudo”, ironizou Américo (IF), para quem as declarações de Zago sobre a suposta excelência do financiamento das universidades públicas em São Paulo constituem um enorme desserviço. “Temos que democratizar essa Universidade, essa também é uma pauta importante neste momento”, concluiu.

Ciro citou o vídeo da abertura para exemplificar como o movimento vem fazendo “cair a máscara” da gestão Zago-Vahan, os quais durante a campanha eleitoral haviam “vestido a roupa de cordeirinho”. Insistiu que a USP é quem freia as negociações, impondo condicionantes, o que é bem ilustrado pelo editorial do *Estadão* no qual ela não é citada oficialmente. Coggiola, por sua vez, relativizou o poder absoluto do reitor: “Zago está imprensado entre Alckmin e nós. Quem tem poder aqui somos nós”, disse.

“Nosso movimento avança, não é tudo ou nada”, ponderou o professor Ocimar Alavarse (FE). “A questão é: como acumular mais até segunda-feira (16/6)?” Ele defendeu a produção de panfletos e outras publicações que dialoguem com a população e demonstrem a nocividade das políticas educacionais praticadas pelos gestores do PSDB: “Em vinte anos de tucanato o governo estadual deixou de atender dois milhões de alunos, entre municipalização e transferências”, exemplificou o docente.

Além de destacar a dimensão formativa da greve, Márcio Ribeiro (EACH) pediu mais atenção para uma questão a seu ver grave: “O movimento tem pautado muito a questão financeira, mas me assustam as declarações do reitor quanto ao regime de trabalho, à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão”. Manoel Fernandes (FFLCH) sugeriu uma auditoria pública nas contas das três universidades, “uma devassa”. No caso da USP, disse, Zago e Vahan não querem abrir as contas, “porque são uma gestão de continuidade”.

A assembleia remeteu para avaliação e encaminhamentos da Comissão de Mobilização diferentes propostas vindas de unidades ou sugeridas na assembleia geral, sobre debates relativos aos temas em pauta na greve e como estender o tratamento público destes temas para após a greve; a exigência de acesso aos dados brutos sobre os gastos da gestão anterior e desta; a necessidade de acesso com antecedência às pautas do Co, conselhos e comissões centrais; a transmissão ao vivo (com qualidade e sem interrupções) das reuniões de todos os colegiados da USP e das reuniões de negociação com o Cruesp.

Deliberações

* Continuidade da greve;

* Aprovado o indicativo do Fórum da Seis de organizar aula pública sobre as questões em pauta na greve (Financiamento das universidades, estrutura tributária, financiamento para a educação, saúde e outros direitos sociais), a ser realizada na praça da Sé, no dia 18/06, quarta feira, a partir das 12 horas;

* Nova sessão da Assembleia Geral Permanente da Adusp para o dia 16/6, segunda-feira, às 15 horas, em local a ser marcado, precedida por reuniões setoriais nas unidades.

Também foram aprovadas duas moções. Por aclamação, foi aprovada moção de repúdio à demissão de 42 metroviários pelo governo Alckmin. Foi aprovada ainda, com apenas um voto contra e duas abstenções, a seguinte moção proposta pela assembleia setorial da FFLCH:

“Considerando a natureza pública da nossa universidade, bem como a conjuntura de negociação e luta em curso, manifestamos nosso veemente repúdio a atos agressivos dirigidos individualmente a colegas, com o objetivo de intimidar e impor posições. Tais atos não fortalecem as práticas democráticas e a ampliação do debate político”.